

Seção Resenhas

No rastro da gripe espanhola

Obra resenhada:
SCHWARCZ, Lilia M. STARLING, Heloisa M. *A bailarina da morte: a gripe espanhola no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

*In the wake of the
Spanish flu*

Claudio Bertolli Filho¹

1.
Docente do Programa de
Pós-graduação em Comunicação
da Universidade Estadual Paulista
(UNESP), campus de Bauru

Desde o início da pandemia de Covid-19, os cientistas, os profissionais da saúde e a mídia empenharam-se em tecer correlações entre a crise sanitária global iniciada no final de 2019 e a pandemia de influenza de 1918-1919, a qual impregnou a memória histórica sob o rótulo de gripe espanhola. Tomando como referência o que ocorreu há cem anos passados, inúmeras questões foram insistentemente repetidas no tempo presente, dentre elas como a sociedade reagiria frente ao drama sanitário, a necessidade ou não do isolamento físico e do uso de máscaras higiênicas e, sobretudo se, no ambiente nacional, se repetiria o mesmo quadro marcado pela semi-inoperância dos serviços de saúde e a pouca ou nenhuma participação dos órgãos governamentais nos socorros prestados aos agrupamentos sociais mais carentes de recursos econômicos. Essas e outras indagações colocaram em evidência as apreensões atuais e também alimentaram a sensação que a tragédia ocorrida em 1918 poderia ser reprisada nos dias de hoje, só que em escala bem mais ampla.

Resultante da multiplicação de referências à gripe espanhola, houve um súbito interesse público pelo tema, até então explorado por um pequeno número de pesquisadores e memorialistas. Sensível a esse novo panorama, o mercado editorial agiu rapidamente e, até meados de 2020, pelo menos seis ebooks nacionais foram lançados sobre a pandemia de 1918, todos eles com não mais

de 50 páginas, marcados pelo ralo apego à precisão histórica e pela ênfase na exploração dos dramas protagonizados por uma sociedade aturdida pelo que estava acontecendo. Provavelmente devido à circunstância da cidade São Paulo constituiu-se no objeto de vários estudos sobre o período da pandemia de influenza, essas novas obras acomodaram-se no enfoque da capital paulista, destacando-se dentre elas os textos assinados por Toledo (2020) e Damasceno Neto (2020).

O livro assinado por Schwarcz e Starling, publicado em outubro de 2020, constitui-se em uma obra de importância porque se afasta dos simplismos e do apego ao sensacionalismo. Sem que as autoras pudessem consultar a grande massa de documentos inéditos depositada nos arquivos, museus e bibliotecas, que então estavam com as atividades suspensas, o livro sob análise foi elaborado sobretudo a partir da consulta às pesquisas acadêmicas publicadas nos anos e décadas anteriores sob o formato impresso ou então disponíveis nos sítios virtuais das principais universidades brasileiras. A recorrência a essas fontes de informações estabeleceu as possibilidades e os limites da obra. Assim, se por um lado os dados alinhados se mostram confiáveis porque criteriosamente buscados por outros pesquisadores em fontes primárias, por outro os estudos consultados pelas autoras limitam-se a explorar situações locais, geralmente referentes às principais cidades brasileiras do início do século XX. Em consequência, *A bailarina da morte* limita-se ao enfoque de sete capitais estaduais, além do Rio de Janeiro, então sede do governo brasileiro. Essa opção deixou em aberto a situação vivenciadas nas outras cidades que sediavam as administrações estaduais e, sobretudo, colocou fora de questionamento as situações orquestradas pela pandemia nas urbes menores, nas vilas sertanejas e nas comunidades indígenas, muitas delas desprovidas de médicos e de hospitais e mesmo de instituições de caridade.

Sob essas condições, as autoras elaboraram um texto que rastreia a presença da gripe espanhola em alguns territórios urbanos, tomando como crivo norteador parte da rota nacional da disseminação da enfermidade. Com isso, seguem de perto o modelo de abordagem preconizado por Crosby (2010), que redigiu uma obra pioneira

sobre a gripe espanhola nos Estados Unidos, analisando os caminhos geográficos seguido pela influenza pandêmica para, em seguida, destacar a presença da enfermidade em algumas poucas cidades de porte do seu país.

A primeira onda de influenza ocorreu no primeiro semestre de 1918 e não chegou ao Brasil, restringindo-se sobretudo aos continentes europeu e asiático. Em meados de setembro de 1918, quando na Europa já se constatava a presença de uma segunda onda, bem mais letal que a anterior, o vapor Demerara, de bandeira britânica, aportou sucessivamente em Recife, Salvador e Rio de Janeiro. Em cada um dos portos em que atracou, o navio deixou grupos de passageiros e de tripulantes infectados e, devido à deficiência dos serviços sanitários dos portos, provavelmente foram esses recém-chegados os responsáveis pela introdução da doença no território brasileiro.

Na sequência da obra, as autoras demonstraram que, do Rio de Janeiro, o império da doença se expandiu para São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, enquanto que, dos portos nordestinos alcançou Belém e Manaus. Em cada uma dessas capitais, o mesmo cenário se repetiu: inicialmente, as autoridades médicas rejeitam a presença mortífera de uma nova patologia, alegando ser apenas uma gripe comum que estava se disseminando, enquanto que o aumento diário do número de óbitos era diagnosticado como de causas desconhecidas. Em seguida, quando já não era possível ocultar a ocorrência da pandemia, pouco os Serviços Sanitários estaduais puderam fazer para evitar a disseminação do contágio. Resultado dessa situação, os hospitais mostraram-se impossibilitados de atender o grande número de gripados, condenando a maior população, enferma ou sadia, ao desamparo dos médicos e da assistência social patrocinada pelo Estado.

A repetição da mesma trama em cada uma das capitais estaduais focadas no livro aconselhou as autoras a explorarem alguns traços que pautaram o cotidiano das cidades vistoriadas. Assim, por exemplo, menciona-se que em Recife, a frequência do registro de óbitos gripais como mortes por causa indeterminada incentivou o uso do termo "tanatomorbia" (doença que mata), no Rio denominou-se a pandemia de "mata velhos" e, em São Paulo, ocorreu um episódio registrado na imprensa como "loucura trágica", situação vivida por uma família

que, supondo que seu patriarca havia falecido devido a infecção gripal e seu corpo tomado pelo Diabo, assassinou o doente com requintes de perversidade. Ainda na capital paulista, foram destacadas a rápida instalação de hospitais de urgência e de "cozinhas populares" mantidas por ordens religiosas e associações de imigrantes, recursos que se tornaram um dos poucos lenitivos para as dificuldades do viver na cidade tomada pela peste. O rol de fatos locais persiste na obra: em Minas, uma autoridade médica proibiu que as mulheres que se dispuseram a atuar como enfermeiras hospitalares cumprissem o seu intento, alegando que elas seriam facilmente infectadas pelo micróbio da influenza, enquanto que em Porto Alegre, a administração pública em pouco tempo suspendeu a ordem que proibia o funcionamento do comércio, buscando como isso fazer o cotidiano cidadão voltar ao "normal".

O último capítulo da obra abandonou o enfoque dos territórios urbanos para retomar uma velha questão: a causa da morte de Rodrigues Alves, falecido em janeiro de 1919, sem tomar posse do seu segundo mandato como presidente da República. Quando o fato ocorreu, as notícias estampadas nos jornais, repetiram o teor do atestado de óbito, informando que o político falecera devido a infecção gripal. No entanto, como tal motivo de morte era considerado pelos grupos de elite como um fato degradante, pouco depois surgiram rumores que a verdadeira causa tinha sido "anemia perniciosa". As autoras adotaram a segunda versão, mas é certo que a questão sobre a causa da morte do velho político permanece em aberto, ainda em busca de evidências mais convincentes.

A bailarina da morte enquadra-se na linhagem dos textos de "alta divulgação", isto é, direcionada para o consumo de um público que busca informações confiáveis, mas que ao mesmo tempo não deseja se defrontar com um livro nutrido pelo rigor e pelos protocolos acadêmicos. Nesse sentido, as autoras realizaram os necessários recortes dos assuntos a serem contemplados, excluindo tópicos que foram esmiuçados nos livros e teses universitárias por elas referenciadas. Nesse processo, conferiram escassa importância para a discussão de subtemas que se acredita essenciais para uma melhor avaliação do leitor sobre a reação dos brasileiros, principalmente os

pertencentes à comunidade médica, no contexto da crise sanitária.

O principal dos assuntos praticamente silenciados refere-se à atuação dos Serviços Sanitários, dos institutos de pesquisa e da comunidade médica em geral. Se é certo que, em conjunto, eles se mostraram deficitários no decorrer da quadra pandêmica, a verdade é que eles não se mostraram paralisados. Registrou-se em todas as grandes cidades o empenho dos Serviços Sanitários em oferecer orientações alicerçadas nos postulados pasteurianos aos cidadãos sobre como se prevenir do contágio e as comunidades médica baiana (Souza, 2009), carioca (Goulart, 2003) e paulista (Bertolli 2003; Bertucci, (2004) buscaram explicações para a ocorrência da pandemia e estabeleceram receituários de drogas que, se não curavam os enfermos ou preveniam a infecção, pelo menos minimizariam o padecimento dos adoentados. Da mesma forma, os Institutos Butantan e Oswaldo Cruz não suspenderam suas atividades durante a pandemia e dirigiram seus trabalhos para a elaboração de vacinas contra a influenza, iniciativa frustrada porque baseada na suposição que a patologia tinha como agente causal o Bacilo de Pfeiffer que, somente na década de 1930, foi descartado como o micróbio responsável pela gripe espanhola.

A ausência do enfoque de questões significativas referentes à pandemia de 1918 não diminuem os méritos do livro assinado por Schwarcz e Starling. A obra constituiu-se na primeira iniciativa nacional de elaboração de um enfoque o mais abrangente possível sobre a pandemia de influenza no território nacional e certamente se constitui em uma excelente peça instigadora para que novas pesquisas sejam realizadas sobre o tema.

Referências Bibliográficas

- BERTOLLI FILHO, Claudio. A gripe espanhola em São Paulo, 1918: epidemia e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- BERTUCCI, Liane Maria. Influenza, a medicina enferma. Campinas, Ed. Unicamp, 2004.
- CROSBY, Alfred W. *America's forgotten pandemic: the influenza of 1918*. 2nd. ed., Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- DAMACENO NETO, Leandro Carvalho. A pandemia de gripe espanhola de 1918 na "Metrópole do Café" (São Paulo). S.l.p.: Edição do autor, 2020.
- GOULART, Adriana da Costa. Um cenário mefistofélico: a gripe espanhola no Rio de Janeiro. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003. Dissertação (Mestrado em História).
- SOUZA, Christiane Maria Cruz de. A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; Salvador: Ed. Edufba, 2009).
- TOLEDO, Roberto Pompeu de. Dias de medo e de morte: a gripe espanhola em São Paulo. São Paulo: Objetiva, 2020.

